

Marinha Mercante em todo o Mundo

Seção elaborada e coordenada pela Eureka F.S.C.

Comércio Exterior/AEB

O momento da economia brasileira

Antonio Everton
Chaves Junior(*)

Enquanto o governo não se definir em resolver os problemas maiores que afligem o País, no atual horizonte que se vislumbra podemos verificar que a economia segue rumo a um processo hiperinflacionário, jamais esperado, concomitantemente com uma recessão, situação anteriormente vivida em 1981 e que no momento político contemporâneo não interessa à nação.

Saltu o realinhamento de preços, descongelou-se a economia. Uma nova realidade fez-se sentir no bolso do consumidor, cujo poder de compra relativamente se reduziu. Por outro lado, os produtos, quer antes adormeceram em estoques na espera de ajustes e/ou faltavam nas prateleiras devido à escassez de matérias-primas, voltam gradualmente a surgir diante dos olhos dos compradores.

Os sindicatos pressionam o governo a disparar o gatilho. Uma, duas ou quantas vezes forem necessárias "acionar o dedo" para o disparo, assim que a inflação cresça 20%, conforme a lei salarial.

Os empresários foram ouvidos a respeito do congelamento e do presente reajuste do nível geral de preços. Voltarão a ter margens que os induzam a investir e a produzir mais. Devido à lei da oferta e da demanda, os preços normalmente, voltarão a valores reais que estimulem a aferição de maiores receitas, aumento da poupança, o retorno em aplicação em máquinas e em equipamentos e a absorção da mão-de-obra. No entanto, o governo mantém-se silencioso quanto a uma nova política salarial que ajuste toda a demanda agregada à realidade interna a fim de que o mercado se equilibre através do incremento da oferta.

Após a abertura do "freezer", os preços descongelados e realimentados serão conduzidos pelas forças livres da oferta e da procura, que através das relações sociais de produção entre os seus agentes, muitos benefícios trazem à Nação. As autoridades econômicas interferirão nos preços de monopólio, de oligopólio, da cesta básica e de outros setores importantes, sob a égide do CIP e da SUNAB.

O funcionamento da economia de mercado impulsiona as forças da livre concorrência. A concorrência de preços, através das ofertas, das promoções, da diversificação da produção e da linha de produtos, a administração empresarial e o "feeling" de negócios, a economia de escala, a contratação de mão-de-obra e o aumento do índice de emprego (elevando a renda dos assalariados e incrementando os níveis de consumo e padrão social), a inversão em tecnologia, enfim, todas as órbitas em que giram a livre produção acionam os mecanismos do mercado concorrencial na disputa por melhores fontes de receitas, induzem a economia ao desenvolvimento e ao crescimento decorrentes do aumento da oferta de bens e serviços.

Quanto ao governo, o que se coloca é que urge uma contenção e uma administração convincente de seus gastos. A austeridade nas despesas governamentais vai ser relevante para que se reduza o déficit público. A contenção de certos gastos (contratações, mordomias, empresas improdutivas e subsídios) poderão ser substituídos pelo investimento eficiente, cujo retorno gerará emprego, produção, ren-

da e impostos. Novos gastos estatais poderão ser orientados em modernas tecnologias, avançados equipamentos de bens de capital e em financiamentos dos setores que incrementam os níveis de renda nacional expandem os cofres públicos com reservas em divisas internacionais. Administrar os gastos públicos deverá ser peça importante para o saneamento e o andamento da economia em 1987, uma vez que as fontes de financiamento destes gastos poderão ser reduzidas, o que poderá implicar em um arrefecimento dos preços e numa queda das taxas de juros internos.

De acordo com essa possibilidade, nos estudos para a diminuição do déficit público novas formas de arrecadação (reforma fiscal), deverão constar para que se chegue a um equilíbrio entre as receitas e as despesas do governo. No que diz respeito à massa salarial no momento parece inviável qualquer alteração na legislação do Imposto de Renda que possibilite ao governo maior arrecadação de recursos. Quanto a uma nova tributação sobre produtos industrializados já conhecemos os efeitos dos respectivos aumentos em automóveis, cigarros e álcool e gasolina que acompanharam o Plano Cruzado II apresentados como empréstimo compulsório. Se o governo pretender emitir moeda terá de atentar para não repetir o estouro da base monetária do início do ano passado. A política em cursos do "open market" de enxugar o melo circulante e de se endividar internamente pressiona as taxas de juros e traz de volta aquela ciranda financeira do período anterior ao Cruzado. Quanto à entrada de novos capitais estrangeiros via endividamento externo, esta questão vem atrelada à própria condução da negociação da nossa dívida, agora em março.

No que toca às divisas, o Brasil defronta-se com um esvaziamento das suas reservas cambiais, cujo fluxo ao exterior incrementou-se acentuadamente a partir de outubro passado com o aumento desenfreado das nossas compras no comércio exterior e das remessas de empresas instaladas no Brasil.

Para o país é fundamental encontrar soluções para o problema das reservas cambiais (hoje em níveis muito baixos). Este aspecto é de maior importância, tendo em vista o momento atual de renegociação da dívida.

O saldo da balança comercial em fevereiro do corrente ano trouxe surpresas. De qualquer maneira, o resultado refletirá um decréscimo das nossas vendas externas em comparação com a média obtida em anos anteriores.

Quanto ao nosso débito externo, a partir de março o governo reunirá todas as suas forças para renegociar nossa dívida após o anúncio da moratória. O País necessitará de dinheiro novo (aproximadamente US\$ 4 bilhões). Deverá ser difícil para o Brasil endurecer nas negociações no que se impõe aos ajustes internos, pois os credores até o momento não se mostram dispostos a fazer tamanhas concessões.

Toda esta exposição pode ser um pequeno quadro da gigantesca economia e conjuntura brasileiras, enquanto a tão esperada constituição não vem para definir as principais leis, que regerão o plano político, as novas diretrizes econômicas e o novo Brasil que nasce.

Enquanto não é promulgada a nova Carta, o governo deverá posicionar-se frente a um problema econômico que vem notadamente empurrando a economia brasileira para a beira de um abismo, com elevado custo social: a estagflação. Isso porque desde o final do ano passado duas magnitudes macroeconômicas levantaram-se assustadoras para o quadro nacional: Crescimento com hiperinflação e desajuste no setor externo e recessão com inflação e crise externa, uma vez que para solucionar esta questão o governo terá de fazer um posterior choque ortodoxo com medidas recessivas.

Conforme foi abordado no começo deste artigo, no momento atual não interessa aos agentes econômicos uma recessão. O que se propõe é um crescimento econômico que se ajuste à evolução e às necessidades sociais brasileiras com: preços de mercado que fluem devido à interação das forças de oferta e procura, ganhos reais e menor ingerência do Estado, arrefecendo sua participação na economia, principalmente no que se refere às barreiras a livre iniciativa; e uma taxa entre dólar versus cruzado que possibilite ao setor exportador vender mais e com isso o País obter maiores divisas cambiais.

O desempenho das exportações brasileiras nos primeiros meses do ano é aguardado com bastante apreensão, fundamentalmente para que alcancemos até o final de 1987, numa perspectiva otimista, um saldo comercial superior a US\$ 8 bilhões. Os mais céticos estimam algo em torno de US\$ 6 bilhões, segundo algumas entidades e lideranças do setor. Nós no entanto, trabalhamos na expectativa em torno de US\$ 8 bilhões.

Espera-se para o segundo semestre uma ligeira recuperação das nossas exportações, desde que as variáveis câmbio e financiamento permitam ao setor um retorno da rentabilidade idêntico ao que existia nos anos anteriores. E se supondo que as importações sofrerão uma pequena elevação em confronto com as de 1986,

algo próximo a US\$ 14 bilhões, por causa das contas trigo e petróleo.

De acordo com as nossas previsões, caso as vendas brasileiras no comércio internacional batam a cifra de aproximadamente US\$ 22,5 bilhões poderemos chegar ao intencionado saldo superavitário de US\$ 8 bilhões.

Para que se reverta o quadro negativo atual a partir de março, deveremos levar em conta a participação e a capacidade empresarial em elevar as suas vendas e a rentabilidade do setor e aguardar do governo uma política de comércio exterior mais realista, com ajustamentos na taxa de câmbio. Assim, os saldos comerciais poderão situar-se em US\$ 1 bilhão ao mês, se considerarmos os volumes de importação com pequena elevação.

O comportamento das exportações brasileiras ao longo do ano passado mostrou-se bastante irregular conforme acompanhamos sua trajetória. Nos 7 primeiros meses apresentou pequenas quedas em fevereiro e em junho. A partir de agosto nossas vendas para o exterior começaram a decrescer, recuperando-se ligeiramente no último mês. O quadro que segue indica as nossas exportações no decorrer do ano passado de 1985.

Com razões à falta de uma regularidade com nossas vendas no comércio exterior podemos salientar.

1) A queda geral dos preços das commodities brasileiras devido à atual conjuntura de mercado internacional.

2) O aumento do volume das importações de máquinas, equipamentos e outros componentes necessários aos principais setores da produção.

3) A necessidade de abastecimento do mercado interno, que se incrementou em função do Plano Cruzado e redundou no aumento da demanda, o que provou a mudança do destino de muitos produtos, anteriormente voltados para as exportações, às necessidades internas.

4) Problemas quanto aos custos e ao abastecimento de matéria-prima e da mão-de-obra, o que reduziu a margem do setor.

5) A defasagem existente entre o

valor do cruzado e do dólar. As autoridades, que congelaram o câmbio por mais de 7 meses, alteraram taxa cambial somente em meados de outubro, o que implicou num grande desajuste na paridade cambial, diminuindo por conseguinte a rentabilidade do setor.

Se formos relacionar as exportações do ano passado com as de 1984 e 1985, respectivamente nos montantes de US\$ 27.005 milhões e US\$ 25.639 milhões, verificamos que os US\$ 22.393 milhões em 1986 refletem uma tendência de arrefecimento das exportações iniciado no exercício anterior.

O saldo das transações comerciais brasileiras em janeiro último atingiu um superávit de apenas US\$ 129 milhões, com exportações na ordem de US\$ 1.259 milhões e importações de US\$ 1.130 milhões. Correlacionando com janeiro do ano passado verifica-se uma queda de aproximadamente 82% quando a balança comercial apresentou saldo positivo de US\$ 701 milhões, situando as exportações e as importações em US\$ 1.910 e US\$ 1.209 milhões, respectivamente. De acordo com a CACEX, o que motivou o referido saldo comercial de janeiro de 1987 foi a demanda interna, a qual reduziu os produtos destinados

para o comércio exterior, e a exportação agrícola cuja safra ainda é de 1986.

O setor reconhece os esforços do governo no sentido de que os acertos na economia sejam os mais pródigos possíveis e que o seu custo social, o mais baixo. Para que não entremos numa profunda recessão nem perdamos nossa posição no mercado mundial conquistada com muito trabalho, ao longo dos últimos anos, o setor exportador deseja cumprir com a sua função social como gerador de emprego e de riquezas em moeda estrangeira, cuja participação é altamente significativa para o desenvolvimento e crescimento econômico do País. Reclama uma taxa de câmbio mais próxima à realidade dos preços internacionais, uma redução nos impostos à exportação e financiamentos com taxas de juros aos níveis dos mercados estrangeiros. Com essas medidas, os produtos brasileiros tornar-se-ão mais "atraentes", baratos e competitivos, ganhando mercado ou reconquistando os anteriormente perdidos e possibilitando superávits aos níveis necessários ao momento em curso da economia brasileira. (*) Assessor técnico da Associação de Comércio Exterior do Brasil - AEB.

O comportamento das exportações brasileiras ao longo do ano passado mostrou-se bastante irregular conforme acompanhamos sua trajetória. Nos 7 primeiros meses apresentou pequenas quedas em fevereiro e em junho. A partir de agosto nossas vendas para o exterior começaram a decrescer, recuperando-se ligeiramente no último mês. O quadro que segue indica as nossas exportações no decorrer do ano passado e de 1985:

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

EM US\$ MILHÕES (FOB)

MÊS	US\$ 1986	US\$ 1985
JANEIRO	1.910	1.571
FEVEREIRO	1.751	1.470
MARÇO	2.157	1.956
ABRIL	2.172	2.124
MAIO	2.291	2.239
JUNHO	2.001	2.194
JULHO	2.209	2.185
AGOSTO	2.099	2.170
SETEMBRO	1.857	2.404
OUTUBRO	1.341	2.370
NOVEMBRO	1.276	2.292
DEZEMBRO	1.329	2.664
TOTAL	22.393	25.639

FONTE: CACEX